CONASS documenta

Cadernos de
informação técnica
e memória do CONASS

30

O Direito Sanitário como instrumento de fortalecimento do SUS: a ênfase na Educação Permanente em Saúde e os Resultados do Curso de Especialização

Projeto de intervenção

SÃO PAULO

Josineide do Nascimento Gomes
William Svet Bueno

Projeto de Intervenção – São Paulo*

Josineide do Nascimento Gomes
William Svet Bueno

Introdução

O presente projeto de intervenção foi elaborado por Josineide do Nascimento Gomes e William Svet Bueno, bacharéis em enfermagem, servidores da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES.SP), atuantes nas áreas de planejamento e licitações, respectivamente. O Projeto de Intervenção é fruto do curso de Especialização em Direito Sanitário que apresenta a educação permanente como importante ferramenta para a solução de problemas no campo da saúde.

O Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo está situado na região sudeste, sua capital é o município de São Paulo, possui área total de aproximadamente 248 mil km², é divido por 645 municípios com cerca de 44 milhões de habitantes e densidade demográfica de 166,23 habitantes/km².[1]

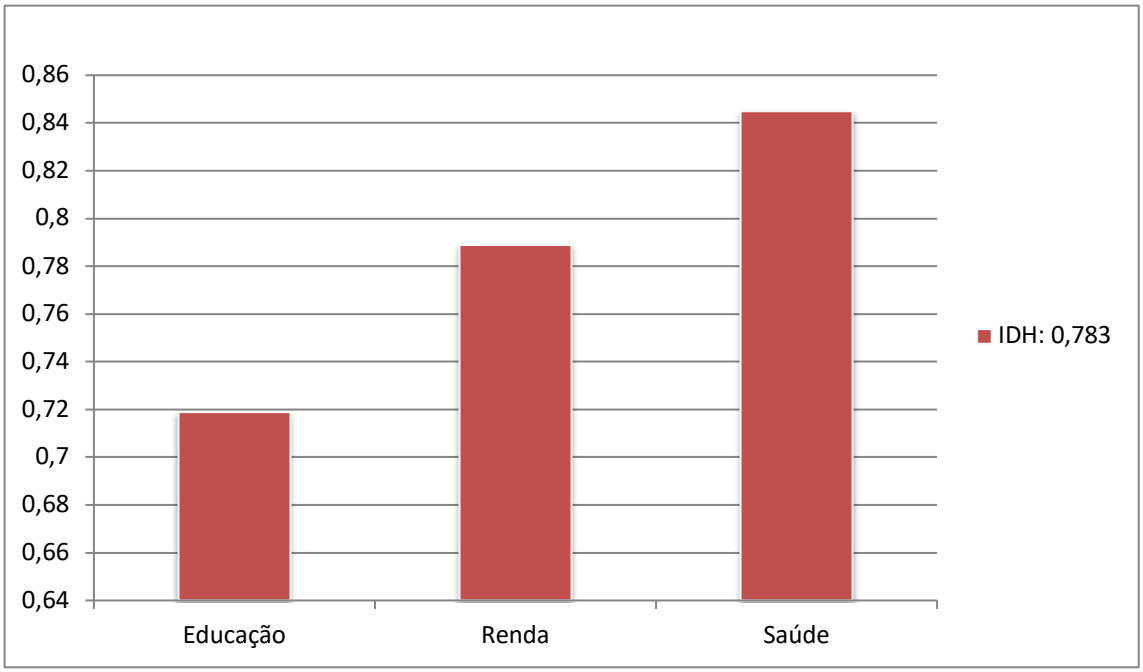
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado é de 0,783, o que o situa na faixa de desenvolvimento humano alto, sendo três os pilares considerados para avaliação do IDH (saúde, educação e renda). Segundo censo de 2010, os índices de São Paulo dos componentes básicos do desenvolvimento humano são: Educação 0,719; Saúde 0,845 – equivalente à expectativa de vida ao nascer de 75,69 anos –; e Renda 0,789 – equivalente a R$ 1.084,46 *per capita*.[2]

Verifica-se que um dos pilares de menor pontuação é o da educação, sendo preciso investir em políticas públicas nessa área para elevação do IDH.

Na área da saúde, nota-se que, quanto maior o nível de escolaridade, maiores são os níveis de saúde da população, já que passa a ter acesso à informação sobre higiene e saúde. Portanto, esses dois pilares estão relacionados, posto que uma população com maior qualidade de vida e saúde e maiores níveis educacionais tende a ter maior produtividade e possibilidade de aumento da renda.

* Tutor: Cássia de Fátima Rangel Fernandes e Examinadores: Armando Martinho Bardou Raggio e Tereza Cristina Lins Amaral.

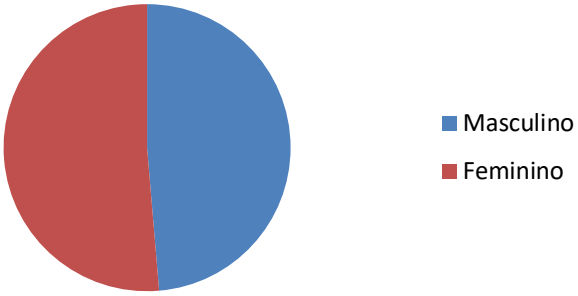
Figura 1. Índice de Desenvolvimento Humano no Estado de São Paulo, 2010.



Fonte: PNUD, 2010.

Com relação à distribuição da população por gênero, 48,66% são do sexo masculino e 51,34% do sexo feminino.[1]

Figura 2. Índice populacional segundo gênero no Estado de São Paulo, 2010.



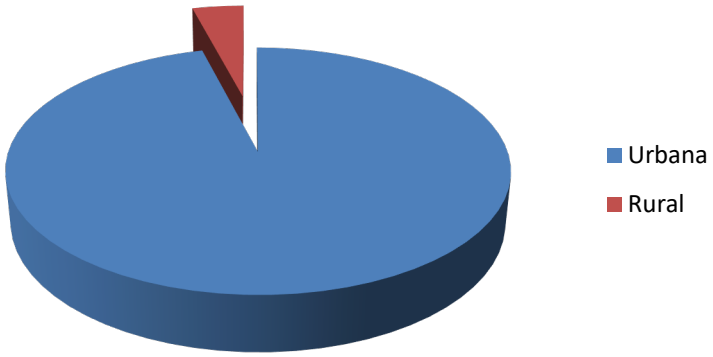
Fonte: IBGE, 2010.

No quesito gênero, a população está praticamente equilibrada. É importante investir em programas de saúde da mulher e do homem, como vem ocorrendo no estado. Por exemplo, nos meses de outubro, uma campanha massiva é realizada por meio de estratégias para detecção do câncer de mama, o "outubro rosa", e em novembro, ocorre a divulgação massiva de ações para prevenção do câncer de próstata, o "novembro azul".

Quanto ao índice populacional, este é maior nas áreas urbanas, com 96,02% vivendo em zona urbana e 3,98% em rural. Nesse contexto, é preciso investir em infraestrutura das cidades, haja vista

que há crescimento desordenado das cidades e o processo de favelização é fenômeno importante que vem crescendo no estado, impulsionado, em grande parte, pela migração, pois 33,7% dos moradores de favelas são oriundos de fora do estado.[3]

Figura 3. Índice populacional segundo zona de habitação no estado de São Paulo, 2010.



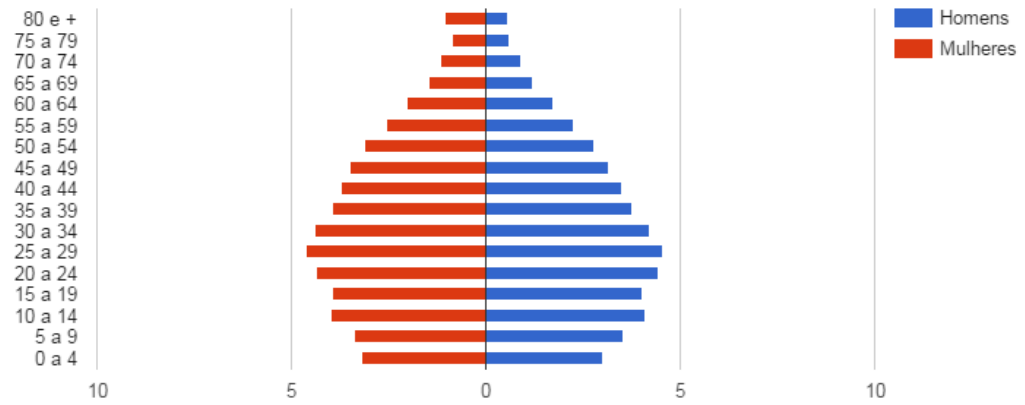
Fonte: Dados obtidos do Sistema de Informações TABNET, 2010.

Uma doença com grande prevalência nos habitantes de tais aglomerados urbanos é a tuberculose. É necessário investir na atenção primária e potencializar a descentralização das ações de saúde para cada microrregião e subprefeitura, haja vista que a descentralização contribui para melhoria dos indicadores de saúde, pois proporciona maior autonomia administrativa e controle por parte da gestão de saúde. É preciso, ainda, aumentar o programa de tratamento supervisionado da tuberculose para que seus índices diminuam, pois a tuberculose é uma patologia de dificultoso tratamento, já que o paciente deve permanecer usando a medicação por seis meses.

A tuberculose possui maior incidência entre a população em situação de rua e usuários de drogas; seu tratamento é difícil de ser alcançado nesses contextos.[4] Há também os casos de portadores de AIDS e tuberculose como coinfecção, o que se relaciona com as taxas de *mycobactérias* resistentes ao atual tratamento protocolado e a tendência é que, com as altas taxas de abandono do tratamento e da coinfecção pelo HIV, a *mycobactéria* causadora da tuberculose crie cada vez mais resistência ao tratamento.[4]

Em relação à faixa etária, 21,69% da população têm menos de 15 anos, 70,48% estão entre 15 a 64 anos e 7,82%, com 65 anos ou mais.[3]

Figura 4. Distribuição populacional por sexo, segundo faixa etária, no estado de São Paulo, 2010.



Fonte: Dados obtidos do Sistema de Informações TABNET, 2010.

Observa-se que a população do Estado é jovem, com maior número de habitantes nas faixas etárias entre 25 e 39 anos de idade e, com o avanço da idade, tende a ser mais prevalente o sexo feminino, com 1,04% das mulheres com 80 anos ou mais e 0,58% dos homens na mesma faixa etária, o que possivelmente está relacionado ao fato de os indivíduos do sexo masculino serem mais resistentes aos cuidados com a própria saúde e, portanto, procurarem menos os serviços de saúde.[3]

Nesse contexto, é preciso realizar políticas públicas de saúde do homem, de forma a conscientizar sobre a importância dos cuidados médicos preventivos e logo nos primeiros sinais de doença, a fim de evitar que seja postergado o tratamento e o avanço da doença para fases mais severas.

Em censo da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SEADE – SESSP) pode-se analisar, conforme a tabela a seguir, as principais doenças que culminaram em óbito no Estado de São Paulo, em 2009. As doenças do aparelho circulatório foram as mais prevalentes, com total de 75.447 óbitos, correspondentes a 29,6% do total de óbitos por todos os agravos.[5]

Tabela 1. Prevalência de óbitos por doença e sexo (óbitos/100 mil habitantes) no Estado de São Paulo, 2009.

	Masculino			*Feminino*			*Total*		
Causa (Cap CID10)	**Óbitos**	**%**	**Coef**	**Óbitos**	**%**	**Coef**	**Óbitos**	**%**	**Coef**
IX. Doenças do aparelho circulatório	39.584	27,6	196,5	35.862	32,1	168,8	75.447	29,6	182,3
II. Neoplasias (tumores)	24.275	16,9	120,5	20.380	18,2	96,0	44.655	17,5	107,9
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	15.582	10,9	77,3	14.207	12,7	66,9	29.790	11,7	72,0
X. Doenças do aparelho respiratório	20.191	14,1	100,2	5.276	4,7	24,8	25.486	10,0	61,6
XVIII. Sint. sinais e achad anorm ex clín e laborat	9.508	6,6	47,2	6.904	6,2	32,5	16.420	6,4	39,7
XI. Doenças do aparelho digestivo	9.913	6,9	49,2	5.619	5,0	26,5	15.533	6,1	37,5
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	5.569	3,9	27,6	6.461	5,8	30,4	12.030	4,7	29,1
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6.138	4,3	30,5	4.327	3,9	20,4	10.466	4,1	25,3
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	3.378	2,4	16,8	3.924	3,5	18,5	7.302	2,9	17,6
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	3.003	2,1	14,9	3.243	2,9	15,3	6.247	2,4	15,1
VI. Doenças do sistema nervoso	2.379	1,7	11,8	1.845	1,6	8,7	4.226	1,7	10,2
Todos os demais	3.901	2,7	19,4	3.787	3,4	17,8	7.695	3,0	18,6
Total	**143.421**	**100,0**	**711,9**	**111.835**	**100,0**	**526,6**	**255.297**	**100,0**	**616,9**

Fonte: Fundação SEADE – SESSP, 2009.

O desenvolvimento das doenças do aparelho circulatório muitas vezes é prevenível e tem sido relacionado aos hábitos de vida não saudáveis, como o sedentarismo e a má alimentação. Com vistas à diminuição desse índice, é recomendável que os profissionais de saúde realizem orientação da população para a importância de uma boa alimentação, da realização de exercícios físicos e de consultas médicas periódicas para avaliação de possível dislipidemia, diagnóstico da diabetes e hipertensão, estimulem a participação em campanhas antitabagismo, entre outras ações para prevenção de doenças e promoção da saúde.

A segunda causa de morte mais prevalente no Estado de São Paulo são as neoplasias, o que corresponde a 44.655 óbitos, que representam 17,5% do total registrado no período. Esse índice se relaciona principalmente com o câncer de mama e de colo do útero, no âmbito da saúde da mulher, e o câncer de próstata, na saúde do homem.[5] É importante que a população seja orientada para que procure os serviços de saúde, a fim de realizar exames periódicos de detecção de neoplasias, pois quanto mais precoce for verificado o aparecimento da doença, maiores as chances de cura.

Causas externas, como acidentes automobilísticos e violência urbana, aparecem em terceiro lugar, com 29.790[5] óbitos registrados. É preciso maior investimento em segurança no trânsito, redução de velocidade do trânsito, aumento do policiamento, conscientização da população com relação à não utilização de bebidas alcoólicas ao dirigir, entre outras ações de prevenção de acidentes automobilísticos.

Em quarto lugar estão as doenças do aparelho respiratório, com 25.486 óbitos no Estado de São Paulo, que se relacionam às doenças infectocontagiosas, como tuberculose e pneumonias, mais ocupacionais, como pneumoconioses (silicose e asbestose) e as desencadeadas pelo fumo e pela poluição das cidades.[5]

A educação permanente como ferramenta para solução de problemas no campo da saúde

Após o diagnóstico da situação de saúde, foi possível identificar que os principais problemas e necessidades em saúde do Estado de São Paulo são os relativos às doenças do aparelho circulatório. A partir dessa análise, foram identificados como público-alvo das ações de educação permanente os profissionais da assistência, pois esses estão envolvidos com os indicadores levantados anteriormente, na medida em que são responsáveis por realizar, além do tratamento e recuperação da saúde e autonomia dos debilitados, orientações em saúde, de forma a promover hábitos de vida saudáveis, a fim de prevenir doenças.

Dessa forma, os profissionais identificados e que poderão atuar na melhoria dos referidos indicadores são médicos, enfermeiros, nutrólogos, nutricionistas e educadores físicos, que deverão passar por um programa de aprimoramento para oferecer melhor assistência e orientação aos usuários dos serviços de saúde, no âmbito das unidades da Coordenadoria de Serviços de Saúde, e que atuam nas inúmeras unidades de serviços de saúde administradas pela esfera estadual do Sistema Único de Saúde (SUS).

Há a necessidade de promover, nas unidades de saúde, aprimoramento dos profissionais com relação à importância de esclarecerem para a população sobre alimentação saudável, o controle e prevenção da diabetes e hipertensão arterial, importância de realizar exercícios físicos, prevenção da obesidade, prevenção do tabagismo, realização periódica de exames laboratoriais, medidas que possuem eficácia na prevenção de doenças do aparelho circulatório, com vistas à diminuição da prevalência dessas doenças.[6]

Para isso, é preciso que esses profissionais sejam qualificados também a respeito de métodos e técnicas pedagógicas, pois possuem como desafio a necessidade de transmitirem ao máximo de pacientes e da forma mais clara possível informações a respeito da prevenção de doenças relacionadas ao aparelho circulatório, suas causas e consequências e hábitos de vida saudáveis, tanto por meio de formação de grupos de estudos, palestras, quanto por elaboração de cartazes de informação para a população. É necessário habilitar os profissionais para serem multiplicadores, de forma que, além de conseguirem dominar o conteúdo sobre prevenção e tratamento dessas doenças, também possam transmitir com clareza à população como encontrar a melhor estratégia para a prevenção e diminuição dos agravos à saúde, bem como mobilizar a população para a prevenção, detecção e tratamento precoces dos agravos à saúde.

Objetivos

Objetivo geral

Promover o aprimoramento profissional crítico-reflexivo dos trabalhadores da saúde envolvidos nos serviços de atenção à saúde pública no âmbito do estado de São Paulo, para realização de atendimento qualificado, com vistas à prevenção de doenças e promoção da saúde.

Objetivos específicos

- Identificar os principais problemas de saúde e dos processos de trabalho em saúde do estado de São Paulo.
- Promover cursos de atualização do conhecimento dos profissionais de saúde com vistas às melhorias das realidades locais e superação dos problemas identificados.
- Oferecer instrumentos para um contínuo processo de transformações locais dos serviços de saúde do estado com base na Educação Permanente em Saúde, por meio da promoção do pensamento crítico-reflexivo dos profissionais de saúde, por meio de cursos de habilitação e atualização profissional.

Metas

- Que as unidades de saúde pública no âmbito da SES.SP ofereçam um serviço de qualidade para a população, com base nos princípios do SUS;
- Que os profissionais de Saúde identifiquem os problemas locais dos processos de trabalho;
- Que os profissionais de saúde consigam desenvolver o pensamento crítico-reflexivo para as transformações das realidades locais;
- Que os profissionais de saúde conheçam instrumentos e possam lançar mão dos mais indicados para a melhoria dos índices dos indicadores de saúde;
- Que os servidores públicos se sintam motivados para realização das transformações locais necessárias.

Metodologia

Para execução do presente projeto foram consultadas bases de dados na área da saúde, além de publicações institucionais e documentos oficiais. Foi utilizado o sistema TabNet (Tabulador para internet) para acesso às bases de dados do Datasus (Departamento de Informática do SUS), Vigitel (Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por Inquérito Telefônico), bem como as bases de dados da Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) do Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo e o Plano Estadual de Saúde, para levantamento dos principais problemas de saúde do Estado de São Paulo.

Para embasamento teórico, foram utilizadas as bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio dos descritores: doenças cardiovasculares, pneumopatias e neoplasias, disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde, pelo *site* http://brasil.bvs.br.

Após o levantamento bibliográfico e a análise pelo método analítico de estudo de documentação das bases de dados consultadas, para identificação do público-alvo de ações de educação permanente, foi realizado um grupo focal com profissionais das áreas técnicas do quadro dos programas de saúde da SES.SP, sendo quatro enfermeiros, dois médicos e um gestor. O método do grupo focal, que é um grupo de discussão informal e com número reduzido de participantes, tem como objetivo obter informação, de modo qualitativo e em profundidade, sobre determinados assuntos. Esse método possui como vantagens o baixo custo, resposta rápida e flexibilidade, com informações qualitativas obtidas em curto prazo, e é eficiente para esclarecer questões no desenvolvimento de projetos.[7]

Os participantes foram convidados a realizar a discussão sobre a importância da educação permanente para melhoria da qualidade da assistência à saúde.

Executado o diagnóstico da situação de saúde por meio do levantamento epidemiológico nas bases de dados consultadas, foi possível identificar que os principais problemas e necessidades em saúde do estado de São Paulo são os relacionados às doenças do aparelho circulatório, seguidos das neoplasias e causas externas. A partir disso, identificamos como público-alvo das ações de educação permanente os profissionais da assistência que estão relacionados com os indicadores levantados anteriormente, que são médicos, enfermeiros, nutrólogos, nutricionistas e educadores físicos.

Durante a discussão do grupo focal foi possível identificar, por meio da prática profissional dos participantes, que as principais demandas são relacionadas aos métodos de transmissão de informações para a população e o domínio e atualização dos saberes profissionais. Haja vista que as tecnologias estão em constante revisão e atualização, o profissional deve acompanhar essa evolução para oferecer uma assistência de qualidade ao usuário.

No decurso da busca de instituições provedoras de educação permanente, após entrevista com a assistente técnica de planejamento de ações de saúde I, da SES.SP e efetuada pesquisa dos parceiros do Ministério da Saúde na área de educação permanente, foi possível identificar que as principais instituições de educação permanente em saúde que realizam parcerias pelo SUS são: Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS,) Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSPUSP), Universidade Santa Cecília (Unisanta).

Entre as instituições levantadas, foi escolhido o Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa para realização do presente projeto em que, após apresentação de prospecto, foi constatada a

afinidade e prática da instituição com a área de educação permanente e, pelo fato de estar localizado no Estado de São Paulo, possuir maior conhecimento das realidades e demandas locais.

Serão necessários dois instrutores que farão o planejamento e aplicação das aulas, cuja duração será de aproximadamente seis horas por dia, um coordenador que fará o planejamento e coordenação das aulas, um avaliador que dará suporte ao instrutor e realizará a avaliação e elaboração dos dados de resultados e um supervisor de ensino para suporte pedagógico.

Para a realização dos cursos, será utilizado o espaço do Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS/SP "Dr. Antonio Guilherme de Souza" (Cefor), da SES.SP, localizado na Rua Dona Inácia Uchoa, 574 – Vila Mariana – São Paulo/SP, pois possui estrutura adequada para execução do projeto, está vinculado a Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH) da SES.SP.

As aulas estão previstas para ocorrerem de junho a novembro de 2017, serão selecionados e matriculados 300 profissionais, divididos em seis turmas de 50 alunos por mês, durante seis meses.

Instituição provedora das ações de educação permanente

Para a execução da proposta de educação permanente, foi escolhido o Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. A escolha justifica-se pela sua notória especialização na área de Educação Permanente, é detentor de elevada experiência em sua área de atuação, de forma que possui a expertise necessária e trata-se da instituição mais adequada para atender a presente proposta do projeto.

Segundo portfólio apresentando pela entidade, o Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa é “um espaço que incentiva a criatividade e a liberdade do pensamento e das ideias, valorizando o desenvolvimento de tecnologias que, combinadas, produzem um cuidado humanizado, ético, estético e fundamentado em evidências científicas”.[8]

O corpo docente do Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa tem reconhecimento no Brasil e no exterior, com professores preparados para integrar rigor acadêmico com a experiência profissional e para aproximar conteúdos teóricos da realidade, o que promoverá a excelência na difusão do conhecimento.[8]

Para tanto, o Sírio-Libanês busca constantemente a aliança com instituições que consigam atuar de forma conjunta ao Instituto Ensino e Pesquisa e que tenham como objetivo a excelência no cuidado em saúde, respeito às pessoas e o compromisso com a sociedade.[8]

Uma dessas parcerias é com o Ministério da Saúde e com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com apoio do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) e da Fundação Dom Cabral (FDC). Por meio dessa parceria, o Sírio-Libanês vem desenvolvendo projetos de apoio ao SUS voltados à capacitação de profissionais de saúde, a partir da análise de necessidades da excelência nas áreas de Gestão, Saúde e Educação.[8]

No triênio 2012-2014 esses programas capacitaram e especializaram mais de 21 mil profissionais de todas as regiões do país. O conteúdo permite que, por meio de encontros presenciais no Instituto, profissionais de saúde e educadores sejam formados para atuar como facilitadores de todo o processo, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e com apoio de instituições públicas de ensino superior.[8]

Monitoramento e avaliação

Monitoramento

O monitoramento, elaborado por meio da metodologia de Matriz do Marco Lógico, tem objetivo de avaliar a execução das diversas fases do projeto, verificar se as fases estão dentro do cronograma planejado e se os objetivos inicialmente propostos foram cumpridos satisfatoriamente.

A ferramenta "Marco Lógico" foi desenvolvida pela *United States Agency for Internacional Development* (USAID) em 1970 para elaboração, descrição, acompanhamento e avaliação de programas e projetos, de forma a obter uma imagem global, a fim de determinar se os objetivos do que foi planejado anteriormente realmente foram cumpridos. Esse método é baseado na sistematização de um projeto, a partir da identificação dos diferentes níveis hierárquicos de objetivos associados, e para os quais são identificados seus indicadores, metas, fontes de verificação e pressupostos.[10] O termo marco lógico origina-se da forma sistematizada de raciocinar sobre o projeto e suas inter-relações.[10]

O método escolhido foi baseado em quatro eixos, conforme detalhamento abaixo:

- Finalidade: versa sobre o objetivo do projeto e seu impacto. Serão utilizados os indicadores "Índice de satisfação dos usuários dos serviços de saúde das unidades da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo" e "Precocidade do diagnóstico de agravos à saúde", dados administrativos que serão obtidos das unidades no ano seguinte a realização do projeto.
- Projeto: tem como objetivo avaliar o aprimoramento profissional crítico-reflexivo dos servidores de saúde envolvidos nos serviços de atenção à saúde pública no âmbito do Estado de São Paulo. Será utilizado o indicador obtido por meio dos resultados das avaliações do aproveitamento pedagógico do público-alvo das ações de educação permanente.
- Produto: tem como objetivo avaliar a fase de execução do programa de educação permanente em saúde propriamente dito, serão utilizados os indicadores "Número de cursos realizados" e "Número de profissionais capacitados".
- Atividades: versa sobre as ações que serão realizadas durante a execução do projeto, terão como indicadores: se a Instituição provedora das ações de educação permanente foi contratada, se o curso foi divulgado, se os profissionais foram

selecionados e se o programa de cursos foi planejado dentro do cronograma especificado.

Os dados obtidos pelos métodos de avaliação e monitoramento serão agrupados e seus resultados analisados de forma qualiquantitativa e tabelados para comporem o relatório final do projeto.

Quadro 3. Monitoramento do projeto por meio da ferramenta "Marco Lógico".

Objetivos	Indicadores	Metas	Fontes de Verificação	Pressupostos
De finalidade: Melhora da qualidade do atendimento prestado pelos profissionais de saúde nos serviços de atenção à saúde pública no âmbito da Secretaria do Estado de São Paulo.	Índice de satisfação dos usuários dos serviços de saúde das unidades da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Precocidade do diagnóstico de agravos à saúde.	Que as unidades de saúde pública do âmbito da Secretaria do Estado de São Paulo ofereçam um serviço de qualidade para a população, com vistas à prevenção de doenças e promoção da saúde, Diminuição do tempo de permanência de internação hospitalar por patologias cardiovasculares.	Pesquisa de avaliação do impacto e nível de satisfação dos usuários dos serviços de saúde. Dados administrativos das unidades.	–
De projeto: Promover o aprimoramento profissional crítico-reflexivo dos servidores de saúde envolvidos nos serviços de atenção à saúde pública no âmbito do Estado de São Paulo.	Resultado das avaliações do aproveitamento pedagógico do público-alvo das ações de educação permanente.	Que os profissionais de Saúde identifiquem os problemas locais dos processos de trabalho e desenvolvam o pensamento crítico-reflexivo para as transformações das realidades locais. Que os profissionais de Saúde conheçam instrumentos e possam lançar mão dos mais indicados para a melhoria dos índices dos indicadores de saúde. Que os servidores públicos se sintam motivados para realização das transformações locais necessárias.	Avaliação do aproveitamento pedagógico do público-alvo das ações de educação permanente. Dados administrativos do projeto.	Acesso dos servidores ao curso de educação permanente em saúde. Disponibilidade de tempo para participação das atividades pedagógicas.
De produto: Programa de educação permanente em saúde.	N. de cursos realizados N. de profissionais capacitados.	Cursos realizados dentro do cronograma planejado.	Dados administrativos do projeto.	Governabilidade e apoio dos gestores responsáveis da Secretaria de Saúde de São Paulo para

				execução do projeto. Apoio do governo estadual para execução do projeto.
De atividades: Contratar a instituição provedora das ações de educação permanente. Divulgação do curso. Selecionar os profissionais a serem capacitados. Planejar o programa dos cursos.	Instituição provedora das ações de educação permanente contratada, Curso divulgado, Profissionais selecionados, Programa de cursos planejado.	50 profissionais selecionados por evento por mês.	Dados administrativos do projeto.	Recursos disponíveis para execução do projeto, Apoio e organização da instituição provedora das ações de educação permanente.

Fonte: Construção pelos autores

Avaliação

O processo de avaliação do presente projeto terá como base os indicadores advindos dos resultados de aproveitamento pedagógico do público-alvo a que se destinam as ações de educação permanente, que deverá ser baseado na avaliação formativa, e nos resultados obtidos durante as fases de monitoramento da execução do projeto.

A avaliação formativa será estruturada em três instrumentos, que formam os três pilares do processo avaliativo do discente: a entrevista, a observação e o portfólio.

No pilar "entrevista", oportunidade que o docente possui para realizar a aproximação com os discentes, o instrutor deverá elaborar breve entrevista com os alunos ao final de cada período de atividade de pedagógica, estimulando-os e realizando questionamentos com relação ao conteúdo ministrado e de que forma sua compreensão poderá auxiliar no desenvolvimento de suas atividades profissionais. A “entrevista” terá nota máxima de 20 pontos.

Em “observação”, o instrutor avaliará os discentes com base nos seguintes critérios: interesse com relação ao conteúdo da atividade pedagógica desenvolvida, participação ativa do discente na construção do saber, compreensão do conteúdo ministrado e execução das atividades pedagógicas propostas, para cada item serão pontuados os conceitos: 5 (Ótimo – o aluno atende plenamente as expectativas do curso), 4 (Bom – o aluno atende satisfatoriamente as expectativas do curso), 3 (Regular – o aluno atende parcialmente as expectativas do curso) e 2 (Insuficiente – o aluno não atendeu as expectativas do curso). A “observação” terá nota máxima de 20 pontos. Assim, preenchido o seguinte quadro:

Quadro 1. Modelo de avaliação do discente com base na observação do instrutor.

Discentes	**Atuação**			
	Interesse	Participação	Compreensão	Execução das atividades

Legenda: 5 – Ótimo; 4 – Bom; 3 – Regular; 2 – Insuficiente.

Fonte: Construção pelos autores

Em “portfólio”, conjunto dos trabalhos que serão guardados em uma pasta, os discentes deverão apresentar um texto crítico-reflexivo sobre os temas abordados durante as atividades pedagógicas e relacioná-los às suas práticas profissionais. O portfólio é um rico instrumento e, em determinados casos, extrapola sua finalidade avaliativa e passa a ser um norteador das atividades pedagógicas.[9]

Deverá ser disponibilizado tempo ao final de cada dia de atividade para elaboração do texto dissertativo, que será entregue no dia posterior as atividades didáticas realizadas. No portfólio, além do diário de aula e da dissertação, o aluno anexará todas as outras atividades pedagógicas propostas pelo instrutor. O portfólio terá nota máxima de 60 pontos.

Ao final da avaliação, será preenchida a tabela de unificação das notas, a seguir:

Quadro 2. Modelo de avaliação final do discente

Discentes	**Atividades**			
	Entrevista	**Observação**	**Portfólio**	**Conceito Final**

Fonte: Construção pelos autores

Recursos

As despesas decorrentes da execução deste projeto correrão por conta da dotação própria do orçamento da SES.SP.

Será utilizado o espaço do Cefor, da SES.SP, localizado na Rua Dona Inácia Uchoa, 574 – Vila Mariana – São Paulo, pois possui estrutura adequada para execução do projeto, está vinculado à CRH da SES.SP.

Quadro 3. Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS			
Função	**Remuneração (R$)**	**Período**	**Subtotal (R$)**
Instrutor	60,00 (hora/aula)	120h	7.200,00
Coordenador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Avaliador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Supervisor	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Total Geral			19.800,00

Fonte: Construção pelos autores

Quando 4. Recursos Materiais

RECURSOS MATERIAIS			
Item	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Subtotal (R$)**
Resma de papel	3	60,00	180,00
Coffee break	30	600,00	18.000,00
Espaço para aplicação de aulas	1 (por 30 dias)	0,00* (dia)	0,00*
Data show	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*
Computador	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*
Total Geral			18.180,00

*Recursos disponíveis e oferecidos em contrapartida pela Secretaria Estadual de Saúde.

Fonte: Construção pelos autores

Cronograma físico-financeiro

Os recursos para execução do projeto serão captados dos fundos do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, da SES.SP. O valor total a ser utilizado com recursos humanos e materiais foram estimados e divididos para o período de seis meses, totalizando R$ 37.980,00 ao final.

Quadro 5. Cronograma físico-financeiro

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
ITEM	**Mês 1**	**Mês 2**	**Mês 3**	**Mês 4**	**Mês 5**	**Mês 6**
RECURSOS HUMANOS	R$ 3.300	R$ 3.300	R$ 3.300	R$ 3.300	R$ 3.300	R$ 3.300
RECURSOS MATERIAIS	R$ 3.030	R$ 3.030	R$ 3.030	R$ 3.030	R$ 3.030	R$ 3.030
TOTAL	R$ 6.330	R$ 6.330	R$ 6.330	R$ 6.330	R$ 6.330	R$ 6.330

Fonte: Construção pelos autores

Planejamento orçamentário

A dotação orçamentária para ações de educação permanente em saúde no Estado de São Paulo, em 2016, é de aproximadamente R$ 12.592.000,00,[11] o orçamento do presente projeto está previsto em R$ 37.980,00.

Dotação Orçamentária

Órgão: 09000 Secretaria Estadual de Saúde / Categoria econômica. 3 (Despesas Correntes) / Grupo de Natureza de Despesa. 3 (Outras Despesas Correntes) / Modalidade de aplicação. 90 (Aplicações Diretas) / Elemento de despesa. 39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) / Item de despesa. 61 (Cursos para Servidor/Funcionário).

Quadro 6. Dotação orçamentária

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Unidade Gestora	Fundo Estadual de Saúde
Programa a ser utilizado	Ações e serviços de saúde
Ação	Qualificação profissional de servidores da saúde do Estado de São Paulo por meio da Educação Permanente
Plano de Trabalho	Realizar cursos para educação permanente no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde
Plano de Trabalho Resumido	Capacitar e desenvolver profissionais de saúde vinculados a Secretaria Estadual de Saúde
Fonte de recursos	Recursos Estaduais
Elemento de despesa	3.3.90.39.61 Despesa corrente

Fonte: Construção pelos autores

Cronograma de Execução

Quadro 7. Cronograma de execução 2017

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – 2017													
Item	**Atividade**	**Mês**											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	Elaboração da proposta pedagógica do curso												
2	Divulgação do curso												
3	Seleção e matrícula dos alunos												
4	Período de aulas												
5	Relatório final												

Fonte: Construção pelos autores

Orçamento

Quadro 8. Recursos humanos e materiais

RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS			
Função	**Remuneração (R$)**	**Período**	**Subtotal (R$)**
Instrutor	60,00 (hora/aula)	120h	7.200,00
Coordenador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Avaliador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Supervisor	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00

Item	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Subtotal (R$)**
Resma de papel	3	60,00	180,00
Coffee break	30	600,00	18.000,00
Espaço para aplicação de aulas	1 (por 30 dias)	0,00* (dia)	0,00*
Data show	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*
Computador	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*

Total Geral	37.980,00

*Recursos disponíveis e oferecidos em contrapartida pela Secretaria Estadual de Saúde.

Fonte: Construção pelos autores

Adequação jurídica

MINUTA DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE

Aos 00 (xxx) dias do mês de xxxx do ano de 2.017, na cidade de São Paulo, compareceram de um lado o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, neste ato representada pelo Senhor Coordenador da xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxx, RG n. xxxxxxxxxx, no uso da competência conferida pela Resolução SS-258 de 28/08/1996, doravante designado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa SOCIEDADE BENEFICENTE DE SENHORAS HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS, inscrita no CNPJ/MF sob n. 61.590.410/0001-24, com sede na Rua Dona Adma Jafet n. 91, Bela Vista CEP: 01308-050 – São Paulo/SP, neste ato, representada pelo Sr. XXXXX, doravante designada CONTRATADA, e pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ao final consignadas, que em face da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO e sua ratificação, com fundamento no *caput* do artigo 25, da Lei Federal n. 8.666/1993, conforme despacho exarado às fls. xx/xx, do PROCESSO n. xxxxxx/2017, pelo presente instrumento avençam um contrato para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO EM CAPACITAÇÃO DE PESSOAL, sujeitando-se às normas da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei estadual n. 6.544, de 22 de novembro de 1989, demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive a Resolução SS n. 26 de 9/2/1990 e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Objetivo geral: Promover o aprimoramento profissional crítico-reflexivo dos servidores de saúde envolvidos nos serviços de atenção à saúde pública no âmbito do Estado de São Paulo, para realização de atendimento qualificado, com vistas à prevenção de doenças e promoção da saúde e a transformação das realidades locais. Além dos profissionais que já enfrentam desafios sabidamente conhecidos na área da assistência, temos novos profissionais diferentes iniciando sua atuação no SUS. A qualificação desses trabalhadores produz mudanças positivas no enfrentamento de desafios, no desempenho e qualidade do trabalho diário.

1.2 Objetivos específicos: Promover cursos de atualização do conhecimento dos profissionais de saúde com vistas às melhorias das realidades locais e superação dos problemas identificados;

Oferecer instrumentos para um contínuo processo de transformações locais dos serviços de saúde do Estado com base na Educação Permanente em Saúde, por meio da promoção do pensamento crítico-reflexivo dos profissionais de saúde.

2. Público Alvo: Profissionais de Saúde do âmbito das unidades da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME JURÍDICO:

A prestação dos Serviços, objeto do Presente Contrato rege-se pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores atualizações, suas cláusulas e pelos preceitos de direito público.

A aquisição de serviços, consubstanciada no presente instrumento, é objeto de inexigibilidade de licitação, de acordo com o disposto no artigo 25, da Lei n. 8.666/1993, além de submeter-se aos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e demais disposições.

A escolha da contratação do Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa para realização do presente projeto se justifica pela sua notória especialização na área de Educação Permanente, é detentor de elevada experiência em sua área de atuação, de forma que se trata do mais adequado a atender à singularidade do objeto em questão a aos interesses da administração.

Segundo portfólio apresentando pela empresa, o Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa é um espaço que incentiva a criatividade e a liberdade do pensamento e das ideias, valorizando o desenvolvimento de tecnologias que, combinadas, produzem um cuidado humanizado, ético, estético e fundamentado em evidências científicas.

Reflete e traduz, nos seus cursos, as principais características construídas pelo Sírio-Libanês ao longo de sua história: excelência no cuidado em saúde, respeito às pessoas e compromisso com a sociedade.

O corpo docente do Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa tem reconhecimento no Brasil e no exterior, o que promove a excelência na difusão do conhecimento, com professores preparados para integrar rigor acadêmico com a experiência profissional e para aproximar conteúdos teóricos da realidade.

Para que possa ampliar a difusão do conhecimento para profissionais na área da saúde, o Sírio-Libanês busca constantemente a aliança com instituições que consigam atuar de forma conjunta ao Instituto Ensino e Pesquisa e que tenham como objetivo a excelência no cuidado em saúde, respeito às pessoas e o compromisso com a sociedade.

Uma dessas parcerias é com o Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com apoio do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS) e da Fundação Dom Cabral (FDC). Por meio dessa parceria, o Sírio-Libanês vem desenvolvendo projetos de apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS) voltados à capacitação de profissionais de saúde, a partir da análise de necessidades da excelência do Hospital nas áreas de Gestão, Saúde e Educação.

No triênio 2012-2014 esses programas capacitaram e especializaram mais de 21 mil profissionais de todas as regiões do país. O conteúdo permite que, por meio de encontros presenciais no Instituto de IEP, profissionais de saúde e educadores sejam formados para atuar como facilitadores de todo o processo, em uma atuação de parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e o apoio de instituições públicas de ensino superior.[8]

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Em retribuição pela prestação dos serviços a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de R$ 37.980,00 (trinta e sete mil, novecentos e oitenta reais), sendo pago de acordo com o valor unitário de hora-aula realizada e encargos de coordenação, supervisão, avaliação e recursos materiais.

1.1 O pagamento será efetuado após a emissão da documentação fiscal, devidamente atestado pela Administração.

RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS			
Função	**Remuneração (R$)**	**Período**	**Subtotal (R$)**
Instrutor	60,00 (hora/aula)	120h	7.200,00
Coordenador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Avaliador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Supervisor	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Item	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Subtotal (R$)**
Resma de papel	3	60,00	180,00
Coffee break	30	600,00	18.000,00
Espaço para aplicação de aulas	1 (por 30 dias)	0,00* (dia)	0,00*
Data show	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*
Computador	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*
Total Geral			37.980,00

*Recursos disponíveis e oferecidos em contrapartida pela Secretaria Estadual de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1. O contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

1.2. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

2. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei federal n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES A CONTRATADA:

Ficará sujeita a Contratada, no que couber, às penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal n. 8.666/1993, bem como suas posteriores alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da dotação própria do orçamento da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo.

Órgão: 09000 Secretaria Estadual de Saúde / Categoria econômica. 3 (Despesas Correntes) / Grupo de Natureza de Despesa. 3 (Outras Despesas Correntes) / Modalidade de aplicação. 90 (Aplicações Diretas) / Elemento de despesa. 39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) / Item de despesa.61 (Cursos para Servidor/Funcionário).

Programa: 0942 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NA ÁREA DA SAÚDE, CÓD. 6121 CAPACITAÇÕES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:

1. A CONTRATADA se obriga ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, respondendo pessoalmente, em caso de qualquer ação judicial pela execução dos serviços, isentando totalmente a CONTRATANTE desse ônus.

1.1 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n. 8.666/1993.

2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

1. O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal n. 8.666/1993 e artigos 75 a 82 da Lei Estadual n. 6.544/89.

1.1. A Contratada reconhece, desde já, os direitos da Contratante nos casos de rescisão administrativa, prevista no Artigo 79 da Lei Federal n. 8.666/1993 e artigo 77 da Lei Estadual n. 6.544/89.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

I – Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Estadual n. 6.544/89, da Lei Federal n. 8.666/1993 e disposições regulamentares.

II – Para dirimir quaisquer questões decorrentes do contrato, não resolvida na esfera administrativa, será competente a Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor de forma, que lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

CONTRATANTE :

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

1.1 Objetivo geral: Promover o aprimoramento profissional crítico-reflexivo dos servidores de saúde envolvidos nos serviços de atenção à saúde pública no âmbito do Estado de São Paulo, para realização de atendimento qualificado, com vistas à prevenção de doenças e promoção da saúde e a transformação das realidades locais. Além dos profissionais que já enfrentam desafios sabidamente conhecidos na área da assistência, temos novos profissionais diferentes iniciando sua atuação no SUS. A qualificação desses trabalhadores produz mudanças positivas no enfrentamento de desafios, no desempenho e qualidade do trabalho diário.

1.2 Objetivos específicos: Promover cursos de atualização do conhecimento dos profissionais de saúde com vistas às melhorias das realidades locais e superação dos problemas identificados; Oferecer instrumentos para um contínuo processo de transformações locais dos serviços de saúde do Estado com base na Educação Permanente em Saúde, por meio da promoção do pensamento crítico-reflexivo dos profissionais de saúde.

2. Público-alvo: Profissionais de Saúde do âmbito das unidades da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

1. Cronograma de Execução

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – 2017													
Item	**Atividade**	**Mês**											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	Elaboração da proposta pedagógica do curso	X	X										
2	Divulgação do curso			X									
3	Seleção e matrícula dos alunos				X	X							
4	Período de aulas						X	X	X	X	X	X	
5	Relatório final												X

2. Previsão Orçamentária

RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS			
Função	**Remuneração (R$)**	**Período**	**Subtotal (R$)**
Instrutor	60,00 (hora/aula)	120h	7.200,00
Coordenador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Avaliador	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00
Supervisor	700,00 (mensal)	6 meses	4.200,00

Item	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Subtotal (R$)**
Resma de papel	3	60,00	180,00
Coffee break	30	600,00	18.000,00
Espaço para aplicação de aulas	1 (por 30 dias)	0,00* (dia)	0,00*
Data show	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*
Computador	1 (por 30 dias)	0,00	0,00*

Total Geral	37.980,00

*Recursos disponíveis e oferecidos em contrapartida pela Secretaria Estadual de Saúde.

Referências

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [Intranet]. Censo demográfico. [Acesso em 16 nov 2015]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp.

2. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Ranking IDHM Unidades da Federação 2010 [Intranet]. [Acesso em 16 nov 2015]. Disponível em: http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx.

3. Ministério da Saúde (Brasil) [Intranet]. DATASUS – Departamento de Informática do Sistema único de Saúde. Proporção de população urbana segundo Região e UF. Período: 2000-2012. [Acesso em 20 nov 2015]. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/a04b.htm.

4. Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria-Executiva [Intranet]. Recomendações para o manejo da coinfecção TB-HIV em serviços de atenção especializada a pessoas vivendo com HIV/AIDS. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

5.
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) [Intranet]. Portal de estatísticas do Estado de São Paulo. [Acesso em 20 nov 2015]. Disponível em: http://www.seade.gov.br/.

6. Simão AF, Précoma DB, Andrade JP, Correa Filho H, Saraiva JFK, Oliveira GMM [Intranet]. I Diretriz de Prevenção Cardiovascular da Sociedade Brasileira de Cardiologia – Resumo Executivo. Arq. Bras. Cardiol. [Internet]. 2014 maio;102(5):420-431. [Acesso em 18 fev 2016]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2014000500002.

7. Bunchaft AF, Gondim SMG [Intranet]. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. Estudos de Psicologia. Campinas. 2004;21(2):63-77. [Acesso em 25 jan 2016]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2004000200005&lng=pt&tlng=pt.

8. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa (IEP) [Intranet], disponível em: http://www.magor.com.br/-sirio-libanes/atividades-ensino-2014/atividades-ensino-2014-v4.pdf. (Acesso em: 25 fev 2016).

9. Rodrigues MCP. Projetos Sociais Corporativos: Como Avaliar e Tornar essa Estratégia Eficaz. São Paulo: Atlas S.A;2010.

10. SANTOS CM, TENÓRIO FPS, KICH DF [Intranet]. Educação Permanente em Saúde no Estado de Sergipe Saberes e tecnologias para implantação de uma política. Livro do Aprendiz. 1ª Ed. Aracaju/SE, 2011. [Acesso em 25 jun 2016]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_permanente_aprendiz.pdf.

11. Secretaria Estadual de Saúde. Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF). Quadro Geral – Apresentação Quantitativa da Execução dos Recursos Financeiros / Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – Em Execução Saldos Portarias 2008/2012. São Paulo, 2016.